

A Secretaria da Proteção Social (SPS) vem publicizar informações relevantes da Política de Assistência Social através do Boletim da Vigilância Socioassistencial, que tem como objetivo divulgar os dados e informações para subsidiar intervenções, estudos e aprimoramento das ações. A **21ª Edição do Boletim da Vigilância Socioassistencial** apresenta como destaque dois momentos de grande relevância para a Proteção Social do estado do Ceará: a **15ª Conferência Estadual de Assistência Social do Estado do Ceará com Tema “Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos!”** e **O Encontro Regional do Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado de Assistência Social (Fonseas)**.

DESTAQUES

5ª Conferência Estadual de Assistência Social do Estado do Ceará

A 15ª Conferência Estadual de Assistência Social foi realizada no período de 27 a 29 de setembro de 2023. Destacamos que anteriormente a esse momento, realizou-se as Conferências Municipais e o processo conferencial contou com a parceria do Conselho Estadual de Assistência Social – Ceas/ Ce e da Secretaria da Proteção Social para a mobilização, orientação, apoio e participação dos técnicos como palestrantes. No período de 03 de abril até o dia 28 de julho de 2023, todos os 184 municípios realizaram suas conferências, tendo 17.798 participantes. Destes foram eleitos e inscritos para a etapa Estadual, 372 delegados(as), com a previsão de 205 conferencistas municipais.

O processo conferencial, em ambas etapas, tiveram como objetivo **avaliar e propor**, à luz do Plano Decenal (2016 a 2026), NOB/SUAS – 2012, Decálogo dos Direitos Socioassistenciais, a **“Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos!”** que teve por base os seguintes eixos:

- **I - Financiamento:** Financiamento e Orçamento de natureza obrigatória, como instrumento para uma gestão de compromisso e responsabilidades dos entes federativos para garantia dos direitos socioassistenciais contemplando as especificidades regionais do país;
- **II - Controle Social:** Qualificação e estruturação das instâncias de Controle Social como diretrizes democráticas e participativas;
- **III – Articulação entre os Segmentos:** Como potencializar a participação social no Suas?
- **IV – Serviços, Programas e Projetos:** Universalização do acesso e a integração das ofertas dos serviços e direitos no Suas;
- **V – Benefícios e Transferência de Renda:** A importância dos benefícios socioassistenciais e o

direito a garantia de renda como proteção social na reconfiguração do Suas.

Após a exposição e discussão dos eixos temáticos foram escolhidas por votação, proposições para o Estado e para União, dentre elas:

Proposições para o Estado:

- 1. Atualizar a per capita do cofinanciamento estadual dos programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais, permitindo a sua utilização na aquisição de bens permanentes e no pagamento dos(as) trabalhadores(as) do SUAS;
- 2. Realizar capacitações continuadas, para os(as) trabalhadores, gestores(as) e conselheiros(as) para atuarem como facilitadores(as) no processo de empoderamento dos(as) usuários(as), considerando suas diversidades, na perspectiva de eliminar os preconceitos, de modo a superar as relações de subordinação e pautar a prestação de serviços na lógica do direito, em cumprimento a NOB/SUAS – 2012;
- 3. Implantar o Plano de Educação Permanente capacitando continuamente conselheiros(as), usuários(as), como famílias ciganas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades tradicionais, agricultores familiares, assentados, acampados e pessoas em situação de rua, catadores de material reciclável (GPTES), LGBTQIAPN+, Pessoas com Deficiências, Trabalhadores(as) do SUAS, Gestores (as) e Entidades Socioassistenciais, fortalecendo a participação social e qualidade no atendimento como, acessibilidade e o cumprimento integral da Lei nº 10.098/2000, regulamentado pelo Decreto nº 6.949/2000;
- 4. Efetivar e ampliar o Plano de Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade para os municípios de pequenos porte I e II, e assegurar a oferta dos serviços de alta complexidade nos municípios de médio, grande e metrópole;
- 5. Aumentar o valor do cofinanciamento dos Benefícios eventuais.

Proposições para a União:

- 1. Aprovar a PEC 383/2017, que altera a constituição federal, garantindo a destinação de 1% da receita corrente líquida da união para o financiamento da política de assistência social, assegurando a inserção no orçamento da união como despesa obrigatória e não despesas discricionárias, respeitando os custos das ofertas, conforme as diversidades locais e regionais para a manutenção dos serviços, projetos e benefícios socioassistenciais, desvinculando da Portaria nº 2.362/2019 e de outras legislações que tratam de tetos de gastos públicos;
- 2. Alterar e fortalecer as secretarias executivas dos Conselhos de Assistência Social por meio de criação de equipes mínimas de funcionamento com base no porte dos municípios e dos estados;
- 3. Implementar o Núcleo de Educação Permanente capacitando continuamente conselheiros(as), usuários, como famílias ciganas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades tradicionais, agricultores familiares, assentados, acampados e pessoas em situação de rua, catadores de material reciclável (GPTES), LGBTQIAPN+, Pessoas com Deficiências, Trabalhadores(as) do SUAS, Gestores e Entidades Socioassistenciais, fortalecendo a participação social e qualidade no atendimento como, acessibilidade e o cumprimento integral da Lei nº 10.098/2000, regulamentado pelo Decreto nº 6.949/2000;

- 4. Ampliar na Tipificação Nacional e NOB/RH/SUAS, os serviços socioassistenciais, o número de profissionais que compõem as equipes técnicas de referência dos CRAS, CREAS e Centros POP;
- 5. Alterar o art. 20 da LOAS para garantir a pessoa idosa o BPC com idade de 60 anos, em consonância com a Lei nº 10.741/2003 (estatuto da pessoa idosa), assim como ampliar a renda per capita familiar de $\frac{1}{4}$ (um quarto) para $\frac{1}{2}$ (meio) salário-mínimo, assegurando o 13º (décimo terceiro) salário para todos(as) os(as) beneficiários(as) do BPC e concedendo o valor de 25% sobre o BPC para os(as) usuários(as) que necessitam do cuidado de terceiros para desempenho de atividades básicas e da vida diária.

Por fim, foram eleitos 72 delegados, que participarão da 13ª Conferência Nacional de Assistência Social que se dará de forma presencial em Brasília, Distrito Federal, no período de 05 a 08 de dezembro de 2023.



*Encontro Regional do Fórum Nacional de Secretários (as) de estado de Assistência Social -
(Fonseas)*

Nos dias 04 e 05 de setembro ocorreu, no município de Fortaleza/CE, o Encontro Regional do Fórum Nacional de Secretários (as) de Estado de Assistência Social (Fonseas). Destacamos a grande relevância para reconstrução da Política de Assistência Social (PNAS) e o Sistema Único de Assistência Social (Suas) Programação do evento.

Primeiro dia – Composição da mesa e apresentação do tema de abertura:

- **Pacto Federativo e o Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social: agenda conjunta na eliminação da fome e ampliação da proteção social**”. A mesa foi conduzida pela Sra. Cyntia Figueira Grillo, Presidente do Fórum Nacional de Secretários (as) Estaduais de Assistência Social/ Secretária de Trabalho, Assistência Social e Desenvolvimento Social do Estado do Espírito Santo/ES, a Sra. Iris Maria de Oliveira, Vice-Presidente do Fórum Nacional de Secretários (as) Estaduais de Assistência Social da região Nordeste/ Secretária de Trabalho, da Habitação e da Assistência Social do Estado do Rio Grande do Norte/RN e Sra. Onélia Santana, Secretária da Proteção Social do Estado do Ceará/CE.
- Painel 01: **“Financiamento Estadual da Política de Assistência Social”** com exposição realizada pela Sra. Cyntia Figueira Grillo, Presidente do Fórum Nacional de Secretários (as) Estaduais de Assistência Social/ Secretária de Trabalho, Assistência Social e Desenvolvimento Social do Estado do Espírito Santo/ES e coordenada pela Sra. Fabya Reis, Secretária de Assistência Social e Desenvolvimento Social do Estado da Bahia/BA.
- Painel 02: **“Protagonismo do Estado na Proteção Social Especial”** ministrado pelo Sr. Regis Spíndola, diretor da Proteção Social Especial da Secretaria Nacional de Assistência Social, e a Sra. Luzianne Santos, Gerente da Proteção Social Especial da Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Estado de Sergipe/Se. Para debater sobre o tema foi convidada a Sra. Mônica Gondim, Coordenadora da Proteção Social Especial da Secretaria de Proteção Social do Estado do Ceará/CE e como coordenadora da mesa, a Secretária de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Prevenção à Violência e às Drogas do Estado de Pernambuco/PE, a Sra. Carolina Cabral.
- Painel 03: **“Financiamento Nacional da Política de Assistência Social”**. O painel foi exposto pelo Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o Sr. José Arimatéia Oliveira, e a Sra. Iris Maria de Oliveira, Secretária de Trabalho, da Habitação e da Assistência Social do Estado do Rio Grande do

Norte/RN. A coordenação do painel foi conduzida pela Sra. Cyntia Figueira Grillo, Presidente do Fórum Nacional de Secretários (as) Estaduais de Assistência Social/ Secretária de Trabalho, Assistência Social e Desenvolvimento Social do Estado do Espírito Santo/ES.

Com os encaminhamentos e discussões dos painéis acima citados foram encerrados as atividades do primeiro dia do encontro.

No segundo dia foram debatidos os painéis a seguir:

- Painel 04: **“O novo Bolsa Família e a Integração do Programas de Transferência de Renda e Serviços”** a explanação foi realizada pela Sra. Eliane Aquino da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, o Coordenador – Geral de Serviços e Programas de Proteção Social Básica às Famílias da Secretaria Nacional de Assistência Social, o Sr. Murilo Francelino. A Gerente de Gestão da Informação do Suas da Secretaria-Executiva de Assistência Social do Estado de Pernambuco/PE, a Sra. Michelle Rodrigues e a como coordenadora da mesa, a Sra. Pollyanna Dutra, Secretária de Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba/PB.
- Painel 05: **“Desafios no Aprimoramento da Proteção Social Básica”** a condução do tema ficou sob responsabilidade da Sra. Deborah Akerman e a Sra. Onélia Santana, Secretária da Proteção Social do Estado do Ceará/Ce. Como debatedora do tema, a contribuição foi da Técnica da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado da Bahia/BA, a Sra. Aline Araújo e como coordenadora da mesa, a Sra. Katia Born, Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de Alagoas/AL.
- Painel 06: **“Aprimoramento da Gestão do SUAS: Ferramentas e Integração Interfederativa”**. O debate foi conduzido, pela Sra. Kevlia Barros, do Departamento da Gestão do Suas da Secretaria Nacional de Assistência Social, a Diretora do Departamento de Gestão do Cadastro Único da Secretaria Nacional de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único, a Sra. Ieda Maria Nobre de Castro. Contribuíram com o momento a Sra. Vírgina Serrano que é Gerente Executiva da Gestão do Trabalho e a Sra. Maria de Lourdes de Azevedo, Gerente Executiva de Vigilância Socioassistencial, ambas profissionais vinculadas à Secretaria de Desenvolvimento Humano do Estado da Paraíba/PB. Participaram ainda do referido painel, o Sr. Felipe Medeiros, Superintendente de Gestão do Suas da Secretaria-Executiva de Assistência Social do Estado de Pernambuco/PE e como coordenadora, a Sra. Regina Sousa, a Secretária de Assistência Social do Estado do Piauí/PI.

Todas as discussões, encaminhamentos e contribuições do Fonseas, serão levados para o encontro nacional que acontecerá nos dias 23 e 24 de novembro de 2023 no Rio Grande do Sul/RS.



INSTÂNCIAS DE PACTUAÇÃO E DE CONTROLE SOCIAL



COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB

Durante os meses de julho a setembro de 2023, a **CIB pactuou** as seguintes **resoluções**:

Resolução Nº 013	A formação de Câmara Técnica da Proteção Social para analisar e propor os critérios do Prêmio Referência Social do ano de 2023 para os Centros de Referências de Assistência Social – Cras.
Resolução Nº 014	Pactua os Planos de Providência para 29 municípios com a finalidade de superação das dificuldades na gestão orçamentária e financeira do Sistema Único de Assistência Social.
Resolução Nº 015	Pactua os Planos de Apoio do Estado para 29 municípios para contribuir com a superação das dificuldades na gestão orçamentária financeira do Sistema Único de Assistência Social.
Resolução Nº 016	Pactua a transferência de sede do Centro de Referência Especializado de Assistência Social Regional de Missão Velha para o município de Barbalha.
Resolução Nº 017	Pactua os Planos de Providência para 23 municípios com a finalidade de superação das dificuldades orçamentária financeira do Sistema Único de Assistência Social.
Resolução Nº 018	Pactua os Planos de Apoio do estado para 23 municípios para contribuir com a superação das dificuldades orçamentária financeira do Sistema Único de Assistência Social.
Resolução Nº 019	Pactua a realização da pesquisa sobre povos originários e comunidades tradicionais, junto aos 184 municípios do estado do Ceará.
Resolução Nº 020	Pactua os critérios ao Prêmio de Incentivo à Assistência Social, destinado aos Centros de Referência de Assistência Social.

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS /CE



No período de julho a setembro de 2023, o Conselho Estadual de Assistência Social – (Ceas) do Ceará realizou reuniões ordinárias, encontros e participação em eventos com o objetivo de discutir temáticas de grande relevância para o estado destacando, as seguintes ações:

- Reunião do Fórum Interconselhos do Ceará com o debate: controle social na pauta do governo – Plano Plurianual (PPA);
- Encontro de Gestores e Equipes Técnicas da Secretaria de Proteção Social – (SPS) no planejamento Estratégico 2024 a 2027;
- Encontro Nacional de Secretários (as) de Estado de Assistência Social – Fonseas, etapa regional;
- Reunião Trimestral do Conselho Nacional de Assistência Social com os representantes dos Conselhos Estaduais;
- Seminário do Programa Bolsa Família e o Cadastro Único/Procad SUAS: Atualizações, Avanços e Desafios no Brasil e no Ceará;
- 15º Conferência Estadual de Assistência Social.

ARTICULAÇÃO SPS COM A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Lançado em junho de 2023, o Programa Ceará Sem Fome cria redes de unidades sociais produtoras de refeições no combate à fome no estado do Ceará/CE, e tem como diretrizes propiciar que mais pessoas tenham acesso a alimentos saudáveis e nutritivos, promover a segurança alimentar e nutricional à população vulnerável por meio de políticas públicas permanentes, estimular a produção, distribuição e o consumo de alimentos produzidos pela agricultura familiar, promover o acesso ao mundo de trabalho de maneira formal ou de empreendedorismo de pessoas que fazem parte de cooperativas, associações de reforma agrária e da agricultura familiar, pescadores artesanais, indígenas e quilombolas. O programa favoreceu 43.357 famílias com o cartão-alimentação, e 210.333 com o vale-gás, distribuídas nos 184 municípios. Foram também beneficiadas 210.655 famílias com recarga dos botijões, bem como 150 entidades socioassistenciais. O programa Mais Nutrição distribuiu 148,4 mil quilos de alimentos às entidades socioassistenciais.

SPS EM AÇÃO

Conforme a Lei Orgânica da Assistência Social – Loas em seu artigo 13, dentre as competências e atribuições dos Estados está a de realizar o monitoramento e avaliação no âmbito da Política de Assistência Social, bem como, assessorar os municípios para o seu desenvolvimento e o fortalecimento do SUAS. Assim, a Secretaria da Proteção Social – SPS reafirma o seu compromisso por meio das coordenadorias da Gestão do Suas, Proteção Social Básica e Proteção Social Especial em contribuir para o fortalecimento da política de assistência social no âmbito municipal.

GESTÃO DO SUAS

A Coordenadoria de Gestão do Suas CGSuas, com o propósito de assessorar tecnicamente os municípios do estado do Ceará tem como objetivo fortalecer o Sistema Único de Assistência Social – Suas no tocante a gestão e a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme a realidade e necessidades dos territórios georreferenciados. No trimestre analisado, as orientações aos municípios se deram de forma remota e presencial, com as seguintes ações:

– Projeto Trabalho Social com Famílias de Povos e Comunidades Tradicionais:

Com o objetivo de garantir e fortalecer o acesso aos Povos Originários e Comunidades Tradicionais ao Sistema Único de Assistência Social (Suas), à Coordenadoria da Gestão do Sistema Único de Assistência Social da SPS, realizou capacitação do projeto com as equipes técnicas de monitoramento das Coordenadoria da Gestão do Suas (CGSUAS), da Proteção Social Básica (PSB) e da Proteção Social Especial (PSE). O projeto teve como objetivo, qualificar as equipes de assessoramento da SPS na realização do trabalho social com famílias de Povos Originários e Comunidades Tradicionais na Política de Assistência Social do Estado do Ceará/CE. No que concerne a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, que preconiza no seu artigo 2º que “os governos terão a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática para proteger seus direitos e garantir respeito à sua integridade” (OIT 169, 2011, p. 16). A capacitação ocorreu no auditório

da SPS durante o período de 31/07 à 04/08, com carga horária de 40h e com a participação de aproximadamente 50 trabalhadores do Suas, palestrantes e autoridades. A programação contou com palestra sobre os povos e comunidades tradicionais, grupos de estudos e visita *in-loco* ao povo Jenipapo-Kanindé no município de Aquiraz/Ce e a Comunidade Quilombola de Alto Alegre no município de Horizonte/Ce.



– Reunião da Câmara Temática de Assistência Social do Consórcio do Nordeste:

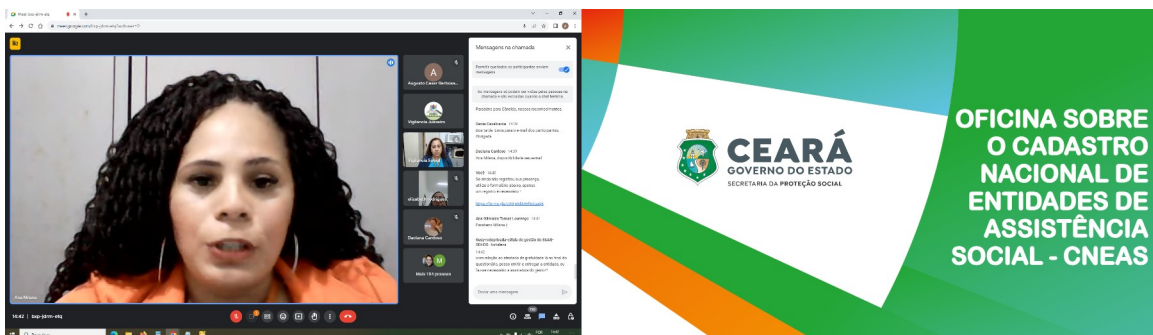
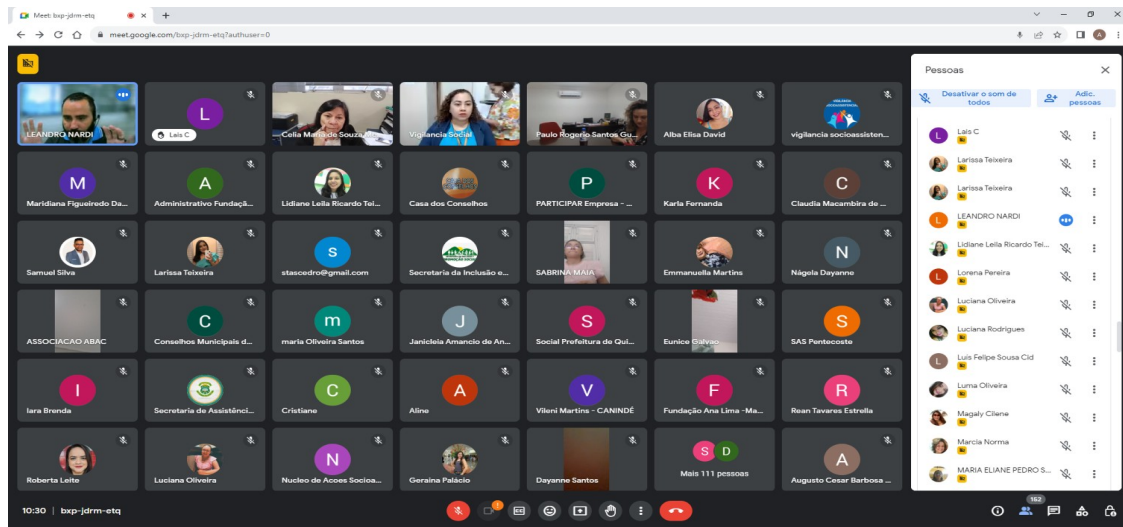
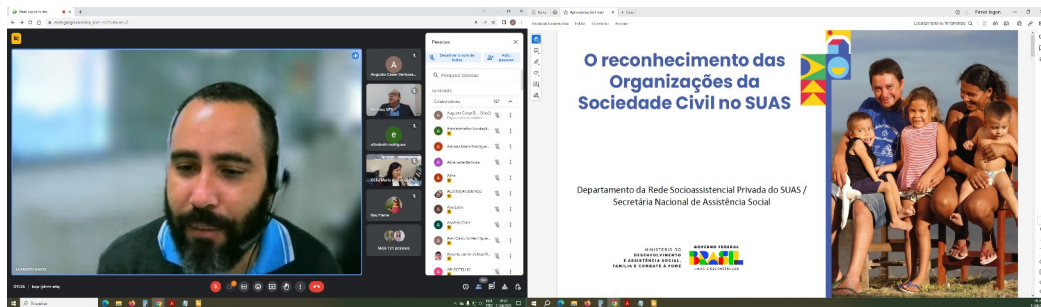
No dia 24 de agosto de 2023, a coordenadoria da Gestão do Sistema Único de Assistência Social (CGSUAS) e Vigilância Socioassistencial da SPS, estiveram presentes na reunião da Câmara Temática de Assistência Social do Consórcio do Nordeste. A reunião ocorreu na cidade de João Pessoa na Paraíba/PB e teve como finalidade discutir os seguintes aspectos: operacionalização e encaminhamentos das ações previstas no Plano de Trabalho, discutir a realidade regional e as perspectivas para o planejamento 2023-2033 e as linhas gerais do trabalho e educação permanente do Suas considerando as particularidades da região. A câmara temática de assistência social do consórcio do Nordeste vem empreendendo esforços para o fortalecimento da Política de Assistência Social bem como do fortalecimento nos estados nordestinos.



– Oficina sobre o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS.

Com o objetivo de sensibilizar os gestores municipais e dirigentes de entidades e organizações socioassistenciais quanto a importância da conclusão e atualização do cadastro de entidades, a Secretaria da Proteção Social por meio da Coordenadoria da Gestão do Sistema Único de Assistência Social (CGSUAS), realizou uma oficina de forma remota no dia 31 de agosto de 2023. Na programação foram abordados os seguintes tópicos: funções do CNEAS enquanto ferramenta de gestão que possibilita a aproximação entre o estado e a sociedade civil, e a importância da sua atualização permanente para a Política de Assistência Social. O momento foi ministrado pelo Sr. Leandro Nardi, representante da Secretaria

Nacional de Assistência Social (SNAS) e passo a passo para o acesso ao sistema do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social, apresentado pela técnica a Vigilância Socioassistencial da SPS, a Sra. Ana Milana. O público presente na oficina foram Secretários municipais, técnicos de gestão e/ou vigilância socioassistencial, presidente do Conselho Municipal de Assistência Social e representantes de entidades e/ou organizações de Assistência Social, contabilizando 152 pessoas.



– Reunião com Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS para apresentação do Projeto Trabalho Social com Famílias de Povos e Comunidades Tradicionais.

No dia 25 de agosto de 2023, a equipe da Coordenadoria de Gestão do Suas da Secretaria da Proteção Social (SPS), a convite do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), participou de reunião para debater experiências recentes com relação aos Grupos Populacionais Tradicionais Específicos. Na ocasião, participaram os técnicos do MDS, Bruno Alves Chaves, Coordenador Geral de Programas e Ações de Combate às Discriminações (CGPACD), a Orientadora da Célula de Regulação, Gestão do Trabalho e Educação Permanente Socioassistencial (CERTES) da SPS, Maria Edny Rodrigues da Silva e os técnicos da Coordenadoria de Gestão do Suas, Messias Douglas Coelho Pessoa, Silvana Sobreira de Matos e Eileen Holanda de Souza. Na reunião, os técnicos da Gestão do Suas (SPS) compartilharam com o MDS a construção e andamento do Projeto de assessoria ao trabalho social com famílias de povos e comunidades tradicionais na política de assistência social. Em seguida foi apresentada a experiência da capacitação sobre povos originários e comunidades tradicionais para profissionais da SPS ocorrida entre os dias 31 de julho e 04 de agosto de 2023. Na ocasião, Bruno Chaves parabenizou a equipe pela contribuição, recomendou documentar todas as ações e ressaltou que a temática é importante para a questão nacional.

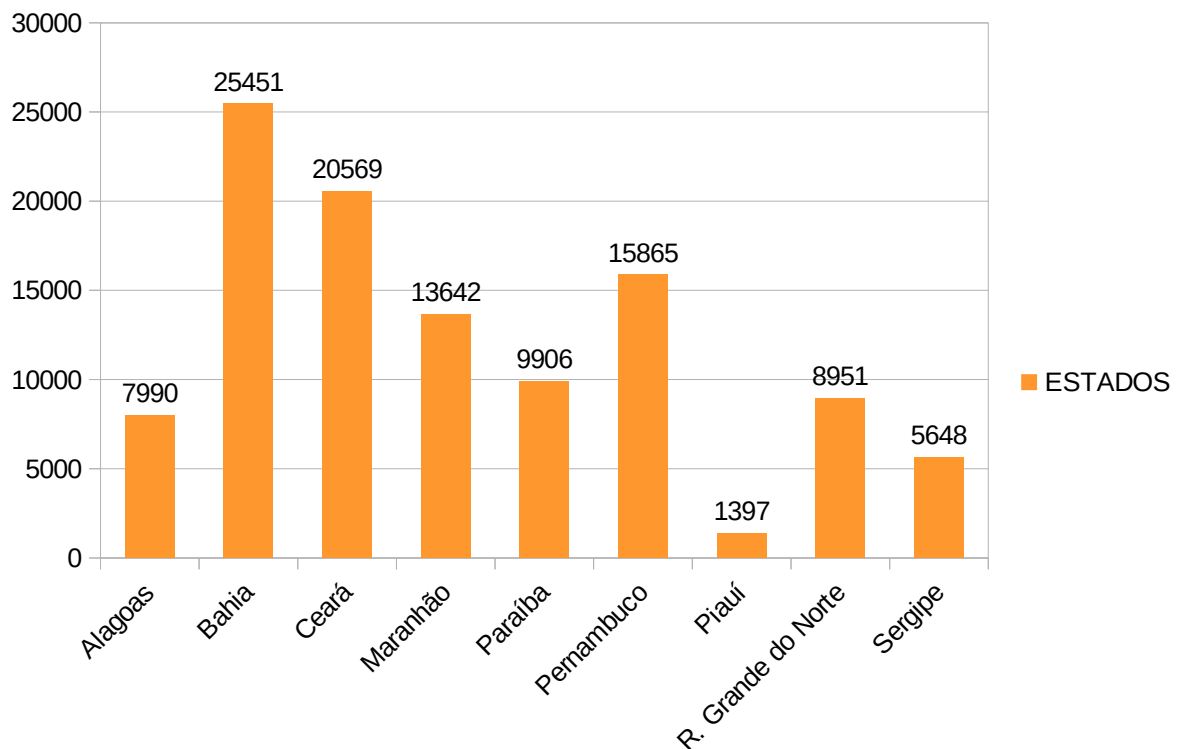


VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB /RH do Sistema Único de Assistência Social apresenta as diretrizes no tocante a profissionalização da Política de Assistência Social – PNAS para nortear a gestão do trabalho como uma dimensão estratégica para a efetivação do Suas.

Nesse sentido, apresentamos os dados relativos a situação dos profissionais atuantes no Brasil e na região do Nordeste conforme os dados a seguir:

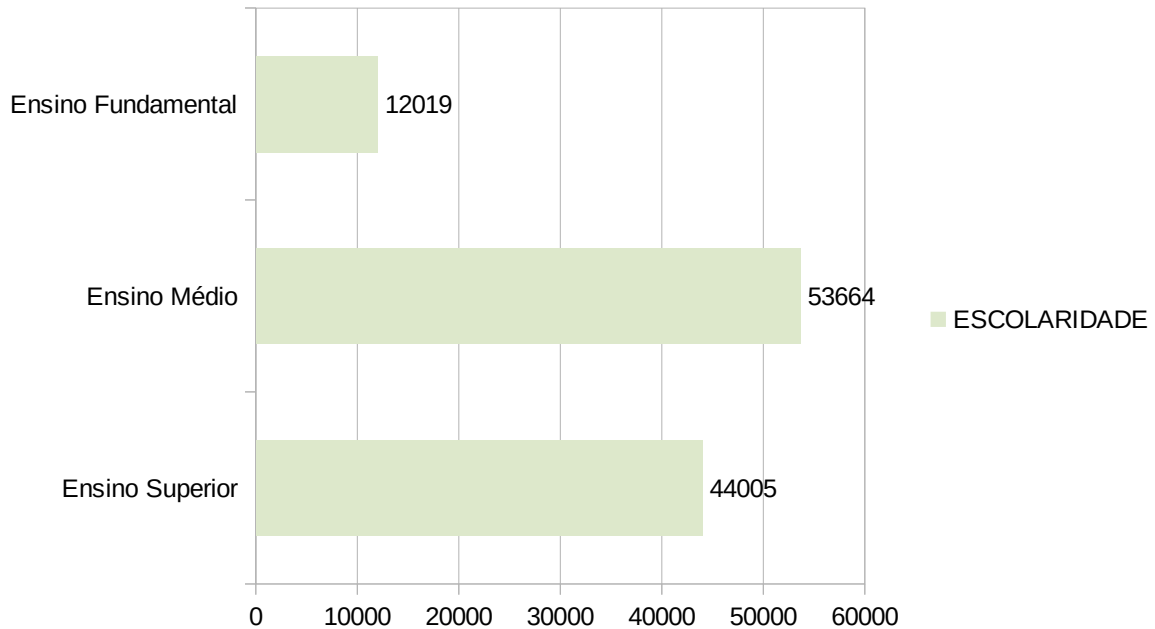
Gráfico: 01
Distribuição dos Trabalhadores (as) por Estado¹:



É importante destacar que, no Brasil são 448.830 trabalhadores/as que estão vinculados ao Suas, e destes 116.419 estão atuando na região Nordeste, ou seja, 26% do total de trabalhadores.

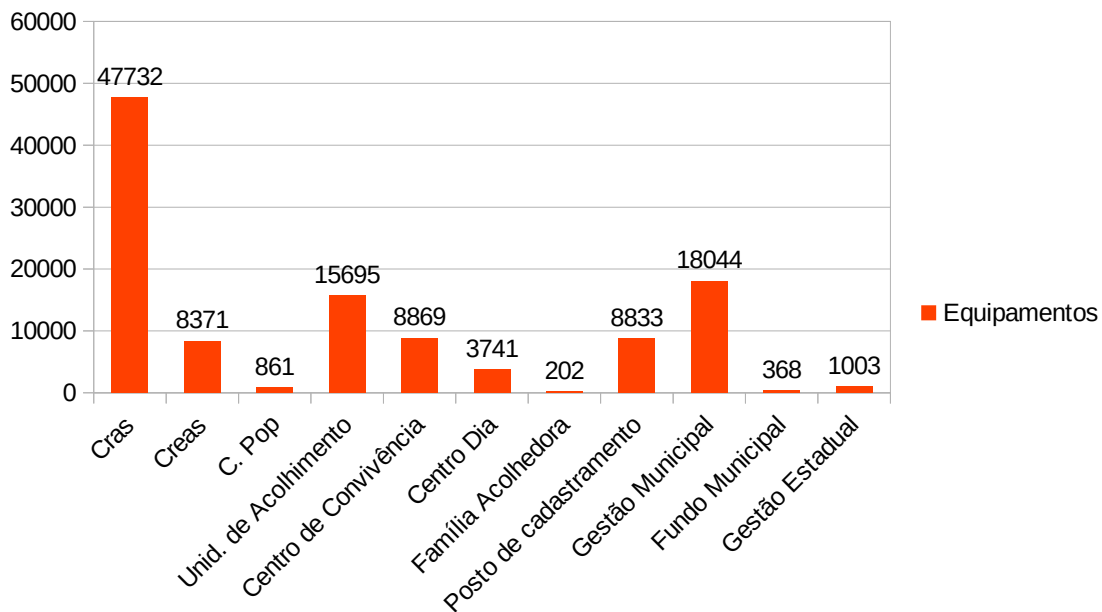
¹Fonte: Censo SUAS/ 2022, disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>

Gráfico: 02
Escolaridade²



Na análise dos dados é possível perceber que 38% dos profissionais possuem nível superior, 46% possuem nível médio e 16% nível fundamental.

Gráfico: 03
Distribuição por Equipamento – Gestão e Serviços



Constata-se que, 41% dos trabalhadores que estão vinculados as atividades laborativas estão concentrados nos Centro de Referência de Assistência Social – Cras.

²Fonte: Censo SUAS/ 2022, disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A Coordenadoria de Proteção Social Básica, por meio da Célula de Acompanhamento dos Serviços, Benefícios e Programas, registra as ações de apoio técnico e de monitoramento desenvolvidas pelas suas equipes técnicas, junto aos 184 municípios. As ações são executadas de forma presencial e virtual, utilizando estratégias e canais de comunicação nas seguintes modalidades: apoio técnico presencial, reunião virtual, e-mail, whatsapp, coletas de informações, respostas a manifestações de usuários e trabalhadores, etc.

Durante o trimestre de junho/julho/agosto de 2023, a Célula de Serviços e Benefícios Socioassistenciais (CASBS) e seu Núcleo de Ações Socioassistenciais (Nasa), realizou ações de monitoramento à 91 municípios do Ceará, e com apoio técnico a 181 Centros de Referência da Assistência Social – Cras, conforme tabela a seguir:

TABELA 01: ACESSORAMENTOS REALIZADOS

Nº de Municípios / Nº de Cras no Ceará	Visitas de Apoio técnico/Monitoramento	Percentual
184 Municípios	91 visitas presenciais	49,5
405 Cras	181 Cras visitados presencialmente 08 visitas integradas	46,6

Vale salientar que 14 visitas aos Cras, foram canceladas pelos seguintes motivos:

- Solicitação de cancelamento pelo Município;
- Nasa com ausência de transportes para realizar as viagens de apoio técnico e monitoramento;
- Atestados médicos de alguns técnicos que realizam apoio técnico e monitoramento;

A cobertura apoio técnico e monitoramento foi considerada insuficiente, pois no Plano de Monitoramento e Apoio Técnico da CASBS, a meta prevista era realizar no mínimo 2 visitas/ano a cada Cras/Município.

Além dos dados expostos, foram realizados atendimentos e acompanhamentos presenciais extraordinários, com foco em casos particulares. Ressaltamos visitas aos municípios para averiguar manifestações e denúncias advindas da ouvidoria da SPS, de usuários, trabalhadores do Suas. As ocorrências estavam relacionadas a precarização e desregulação do trabalho, funcionamento inadequado dos Cras e serviços não continuados.

O monitoramento do IDCras, ocorre sistematicamente e busca “capturar”, de forma aproximada e

comparativa, a “qualidade dos serviços” prestados à população por meio dos Cras. Para tal, os referidos indicadores são compostos por informações que retratam a estrutura física das unidades, as características qualitativas e quantitativas das equipes e, por fim, o escopo das ações, serviços e benefícios ofertados à população e os respectivos procedimentos necessários. Verificamos que a nota atribuída ao IDCras, em muitos casos não corresponde a realidade situacional verificada *in loco*, conforme os padrões do Suas.

Nesse cenário, atualmente 20 municípios encontram-se com planos de providências e planos de apoio do Estado/CE, na busca de corrigir e superar as situações de dificuldades e de inadequabilidades nas dimensões de estrutura física, recursos humanos e funcionamento dos Cras.

Transcrevemos a seguir, a partir dos instrumentais de monitoramento, as dificuldades comuns relatadas pelas unidades de Cras:

- Equipes de referência incompletas;
- Grande extensão territorial;
- Distância entre o público e o Cras;
- Muitas demandas e poucos investimentos (recursos financeiros insuficientes);
- Mudança de endereços e de telefones, produz dificuldades na busca de localizar as famílias em suas residências cadastradas;
- Insuficiência de Benefícios Eventuais;
- Falta de investimento em capacitação continuada; Capacitação insuficiente, com as vagas limitadas;
- Dificuldades para reorganizar a oferta dos SCFV, por falta de orientador social, material didático, lanches, etc.;
- Resistência do público beneficiário em participar das ações ofertadas pelas unidades;
- Falta de interesse dos usuários em participar das atividades oferecidas;
- Muitas demandas dos programas estaduais para os Cras (CMIC, Vale-gás);
- Precarização do trabalho com a terceirização e outras formas de contratação e rotatividade de profissionais;
- Dificuldades no registro das informações do Prontuário SUAS, no tocante ao acompanhamento familiar;
- Intersetorialidade insuficiente entre as redes públicas (OG e ONG);
- Diagnóstico socioterritorial não atualizado;
- Dificuldades no desenvolvimento do serviço Paif;
- Dificuldade de desenvolver uma intervenção pautada nas dimensões ética/ teórica/ metodológica;

PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS / CRIANÇA FELIZ



O Programa Criança Feliz é uma importante ferramenta para que famílias com crianças, entre zero e seis anos, ofereçam a seus familiares, meios para promover seu desenvolvimento integral. O programa é uma estratégia alinhada ao Marco legal da Primeira Infância e traz as diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e do ser humano. No período analisado foram desenvolvidas as seguintes ações:

1 – Seminários Regionais de Nivelamento na temática: Prevenção da Violência na Primeira Infância e o Reordenamento do Programa Criança Feliz realizados nos dias 18,19, 25, 26 e 27 de julho de 2023 nos municípios de Fortaleza, Crato, Icó e Tabuleiro do Norte, respectivamente. Com o objetivo de qualificar a intervenção dos profissionais no PCF/Educação Permanente foram capacitados 324 profissionais, dentre eles: Prefeitos, Secretário(a) municipal da Assistência Social, Coordenador (as) e Supervisores(as) do PCF. A carga horária do seminário foi de 8 h.

2 – Oficina de Qualificação para Cuidados responsivos junto às Crianças afastadas do convívio familiar ocorreu no município de Caririaçu, destinado aos profissionais da Unidade de Acolhimento Regionalizado tendo carga horária de 32h. A atividade faz parte da articulação entre os setores SEXEC – IFAMCF³/Célula de Promoção Parentalidade, Educação Permanente, na área da Infância e Família – Programa Primeira Infância no Suas – Criança Feliz e SEXECP SO/Proteção Social Especial/Célula de Serviços Regionalizados – CESR.



³ SEXEC-IFAMCF - Secretaria-Executiva da Infância, Família e Combate à Fome



CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS E PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Cadastro
Conhecer
para incluir **Único**

PROGRAMA
BOLSA
família

No trimestre analisado, destacamos as ações realizadas nesse setor:

- Capacitação de Instrutores do Formulário do Cadastro Único para 30 participantes, sendo realizadas as seguintes turmas:
 - 1º turma: 10 a 14/ 07/2023,
 - 2º turma: 14 a 18/08/2023
 - 3º turma: 14 a 18/08/2023,
 - 4º e 5º turma: 28/08 a 01/09/2023,
- No dia 19/09/2023 realizou-se o SEMINÁRIO CADÚNICO/PBF/PROCADSUAS com a presença de 1.200 participantes, sendo 6 (seis) representantes por municípios das três áreas: saúde, educação e assistência social. As outras vagas foram destinadas para Secretários, Coordenadores do CadÚnico e PBF e técnicos do Estado e municípios. O momento teve como finalidade, ampliar o diálogo sobre a otimização da gestão e operacionalização dos programas federais, com exposição de painéis dos representantes do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério da Educação (MEC): Eulália Barbosa Rodrigues, diretora de Condicionais do (MDS); Márcia Brandão, responsável pelo Programa Bolsa Família no MEC (Sistema Presença); Katia Souto, responsável pelo PBF no MS; e Bruna Bastos, coordenadora-geral de Articulação da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do MDS.



PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Proteção Social Especial de Média Complexidade

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – Paefi é o principal serviço executado pelo Centro de Referência de Assistência Social – Creas. Entende-se que o orçamento é um dos fatores primordiais para a execução satisfatória das políticas públicas. Nesse contexto, o Governo do Estado por meio da Secretaria da Proteção Social, universalizou o cofinanciamento para todos os 114 equipamentos de Creas que estão distribuídos em 108 municípios. Até o fechamento dessa edição, os municípios estavam em processo de abertura de contas para repasse dos valores, que serão de acordo com o porte e a gestão de cada município.

Creas Regionais

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas, desenvolve as atividades regionalizadas e tem suas sedes em Fortaleza, Barbalha e Iracema.

No período analisado, verificamos que o número de famílias inseridas no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi) nos equipamentos somam-se 1.202 atendimentos. Comparando-se com os dados do semestre passado, observa-se um discreto aumento das famílias atendidas no serviço, pois o registro anterior foi de 975 famílias inseridas no Paefi.

Fonte: Coordenadoria de Proteção Social Especial – CPSE/ Célula de Atenção à Média Complexidade – CAMC

Centro POP

Equipamento público destinado para o atendimento especializado à população em situação de rua que oferta atendimentos individuais e coletivos. Conforme previsto na tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, um dos serviços ofertados no Centro pop é a abordagem social. O serviço se dá de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção de crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias, que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência, na rede de serviços socioassistenciais e nas demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos. Conforme tabela a seguir, destaca-se os seguintes registros:

TABELA 02 – SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL

REGISTROS	JUNHO/ 2023	JULHO/ 2023	AGOSTO/ 2023	TOTAL
Número de Pessoas Abordagem Social	680	788	794	2.262
Número de Abordagens Social Realizadas	1.135	989	1.226	3.350

Fonte: Coordenadoria de Proteção Social Especial – CPSE/ Célula de Atenção à Média Complexidade – CAMC

Destaca-se que a equipe técnica da Célula de Atenção à Média Complexidade – CAMC desempenhou as seguintes ações no trimestre analisado:

TABELA 03– ATIVIDADES REALIZADAS NO TRIMESTRE

AÇÕES	ATIVIDADES			
	JUNHO/2023	JULHO/2023	AGOSTO/2023	TOTAL
Nº de CREAS Monitorados	91	31	48	170
Nº de Centros POP's monitorados	08	01	05	14
Nº de Centro Dia Monitorados	02	01	0	03
Nº de municípios de Pequeno Porte 1 (sem CREAS) monitorados	46	01	23	70
Nº de CREAS visitados	04	13	15	32
Nº de Centros POP's visitados	0	10	02	12
Nº de Centros Dia visitados	0	0	01	01
Nº de municípios de Pequeno Porte 1 (sem CREAS) visitados	01	0	02	03

Fonte: Coordenadoria de Proteção Social Especial – CPSE/ Célula de Atenção à Média Complexidade – CAMC

Pontuamos como os principais destaques as ações abaixo listadas:

- Formação Qualificada sobre os Instrumentos da Gestão na Oferta dos Serviços da Proteção Social Especial. As ações concentraram-se na região do Cariri e Fortaleza. Foram mobilizados municípios das regiões do Cariri, Sertão dos Inhamus e Centro Sul, onde foram capacitadas 140 profissionais de 42 municípios. A formação ocorreu no período de 14 a 16 de junho de 2023, sediado no município de Barbalha. Em Fortaleza, participaram 13 regiões administrativas e capacitados 211 profissionais de 106 municípios, no período de 28 a 30 de junho de 2023.



Proteção Social Especial de Alta Complexidade

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade é responsável pelos serviços que garantem a proteção integral às famílias e indivíduos que se encontram com seus direitos violados e/ou em situação de ameaça.

Nos meses de junho, julho e agosto foram registradas as seguintes ações:

– Capacitação para 26 Cuidadores dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes vinculados às unidades: Recanto de Luz e Renascer. A formação foi realizada nos dias 17 e 18 de julho, no município de Fortaleza.



– No dia 29 de agosto, no auditório da SPS, foi realizada a Capacitação de Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento. O evento contou com a presença de 45 profissionais que integram oito abrigos estaduais de crianças e adolescentes localizados em Fortaleza/CE, bem como representantes do abrigo estadual regionalizado do município de Itaitinga/CE e profissionais do município de Guaraciaba do Norte.

Em setembro de 2023, a Gestão Estadual mantém a oferta de 20 Serviços de Acolhimento Institucionais e um Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. No momento não há acolhidos na família acolhedora, porém há registro do atendimento integral de 350 pessoas em situação de violação de direitos com vínculos familiares rompidos, deste 186 são crianças e adolescentes, 78 jovens e adultos com deficiência, 77 idosos e 9 mulheres em situação de violência e seus filhos. Os atendimentos registrados no período de janeiro a agosto totalizaram 521 pessoas. Dados acumulados de janeiro a agosto totalizaram: 12 jovens crianças/adolescentes adotados, 72 crianças/adolescentes em retorno familiar, 02 jovens/adultos com deficiência que retornaram para a família, 01 idoso que retornou para a família, 22 mulheres em situação de violência e seus filhos que retornaram para a família, 04 jovens reinseridos na comunidade por maioria civil e 07 mulheres em situação de violência doméstica e familiar e seus filhos foram reinseridos na comunidade.

Este espaço destina-se à divulgação de boas práticas realizadas pelos municípios cearenses no tocante aos serviços, programas e projetos da política de assistência social. Para participar, basta encaminhar um breve relato da ação para o e-mail vigilanciasocial@sps.ce.gov.br, o qual deve vir acompanhado do nome e função do representante do município.

MEU MUNICÍPIO NO BOLETIM DA VIGILÂNCIA

IPAPORANGA

“O município de Ipaporanga vem buscando constante aperfeiçoamento na implementação da Política Municipal de Assistência Social. Buscando a efetivação dos direitos dos usuários por meio da oferta contínua e qualificada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. A Gestão Municipal tem o compromisso com a oferta e atendimento de forma descentralizada, garantindo que a população da zona urbana e zona rural acessem os SERVIÇOS, como: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; PROGRAMAS: Programa Primeira Infância no SUAS/CRIANÇA FELIZ, acompanhamento as famílias das CARTÃO MAIS INFÂNCIA CEARÁ, acompanhamento às famílias do PROGRAMA CEARÁ SEM FOME e a concessão de BENEFÍCIOS EVENTUAIS: Auxílio-natalidade, Auxílio Mortalidade; Auxílio em Situação de Vulnerabilidade – CESTA BÁSICA. Visando o aprimoramento constante da Política Municipal de Assistência Social o Município foi contemplado com um Centro de Referência de Assistência Social – CRAS por meio do Programa de Apoio às Reformas Sociais – PROARES.”





Técnica da Gestão: Francisca Geiliane Ribeiro Mendes
Secretária: Hanna Karoline Soares Paulo
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Assistência Social

HORIZONTE

“Projeto “Conviver na minha Casa” é uma ação criada em maio do presente ano, a partir de um planejamento coletivo e participativo dos idosos vinculados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos – Conviver – do Município de Horizonte, Ceará, com a finalidade principal do resgate de vínculos, contato, cuidado e respeito aos idosos, que participaram anteriormente do Serviço, e que a partir da Pandemia do COVID- 19 não mais frequentavam o grupo. A ação continuada, com a periodicidade quinzenal, utiliza-se de visitas domiciliares, realizadas pelo Grupo ativamente participante e pela equipe técnica às casas desses idosos e às suas famílias, que por motivos principalmente de vulnerabilidades relacionadas à saúde e ao acesso ao equipamento, não mais frequentam o CRAS.



Tais planejamentos apoiam-se nas Diretrizes da Assistência Social enquanto Política Pública, por meio da acolhida e de ações que vão ao encontro de suas necessidades, respeitando suas restrições, fortalecendo os vínculos familiares, incentivando a socialização e a convivência comunitária, tendo como fio condutor os eixos norteadores do Serviço - Convivência Social, Direito de Ser e Participação. As visitas ainda são pautadas pela partilha, acolhimento e processos de valorização e reconhecimento desses idosos, promovendo a escuta de suas histórias, criando ambiência de amorosidade, segurança, apoio e interesse mútuo. A produção coletiva no planejamento, a efetivação e a avaliação frequentes também compõem a ação, reafirmando o processo de referência e acompanhamento pela equipe, estimulando a construção de relações horizontais de igualdade entre os participantes. Visitas essas que já contemplaram, por exemplo,

Maria da Conceição Pastor Tavares 63 anos, Delzira Cordeiro de Aquino 81 anos, Raimundo Ricardo da Silva 82, Manuel Gomes de Sousa 84 anos e o Sr. Cazuza 102 anos.”

*Coordenadora CRAS Quilombola – Francisca Simone de Sousa de Freitas
Coordenadora PSB – Eliane Ramos Ferreira
Técnica da Vigilância Socioassistencial – Thayná Neri Andrade
Secretária – Ana Paula Cristovão da Silva
Secretaria de Assistência, Igualdade e Desenvolvimento Social*



EXPEDIENTE

Secretaria da Proteção Social – SPS

**Onélia Maria
Moreira Leite de Santana**
Secretária Titular

Paulo Rogério Santos Guedes
Secretário Executivo de Proteção Social

**Célia Maria de Souza
Melo Lima**
Coordenadora de Gestão do
Sistema Único de Assistência
Social - CGSuas

Candida Fontenele
Orientadora da Célula de
Vigilância Socioassistencial

Equipe Técnica:
Augusto César Oliveira
Cláudia Macambira de Oliveira
Emilênia de Carvalho Lima
Silvana Matos